

# AS INFLEXÕES ENTRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

**LAS INFLESSIONES ENTRE LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL Y LA SOSTENIBILIDAD: UN ESTUDIO DE LAS CAPILLAS RURALES EN TRIÂNGULO MINEIRO Y ALTO PARANAÍBA.**

**THE INFLECTIONS BETWEEN CULTURAL HERITAGE CONSERVATION AND SUSTAINABILITY: A STUDY OF THE RURAL CHAPELS IN TRIÂNGULO MINEIRO AND ALTO PARANAÍBA.**

## CÔRTEZ, ALINE SOARES

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Università delgi Studi di Camerino, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia.  
E-mail:alinecortesarquitetura@gmail.com

## VALE, MARÍLIA MARIA BRASILEIRO TEIXEIRA

Professora titular aposentada da FAUeD da UFU e professora colaboradora do mestrado em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição.  
E-mail: mariliabtvale@ufu.br

### RESUMO

Este trabalho aborda os desafios de interpretar e preservar o patrimônio cultural rural, relacionado às capelas e às festas religiosas celebradas em capelas rurais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada em Minas Gerais, Brasil, com vistas à sustentabilidade. O processo de modernização da atividade agropecuária ocorrido na região a partir de meados do século XX acarretou uma mudança do modo de vida rural, o que dificultou o processo de salvaguarda do patrimônio cultural rural e pôs em risco as práticas de socialização e diversas expressões culturais, tanto materiais quanto imateriais. Não obstante, a região ainda preserva uma extensa gama de recursos patrimoniais dos séculos XIX e XX. Por meio de pesquisas históricas, do mapeamento geral dessas capelas e festas e do estudo de alguns casos paradigmáticos, este trabalho busca identificar este universo e analisar os desafios e perspectivas de sua preservação, prospectando a sustentabilidade e refletindo sobre o questionamento: "O patrimônio cultural rural pode promover a sustentabilidade em suas mais variadas esferas?"

**PALAVRAS-CHAVE:** sustentabilidade; patrimônio cultural rural; capelas rurais; Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba.

### RESUMEN

Este trabajo aborda los desafíos de interpretar y preservar el patrimonio cultural rural, relacionado con capillas y fiestas religiosas celebradas en capillas rurales en la región de Triángulo Mineiro y Alto Paranaíba, ubicada en Minas Gerais, Brasil, con miras a la sostenibilidad. El proceso de modernización de la actividad agrícola en la región a mediados del siglo XX provocó un cambio en la forma de vida rural que dificultó el proceso de salvaguarda del patrimonio cultural rural y puso en riesgo prácticas de socialización y diversas expresiones culturales, tanto materiales como inmateriales. Sin embargo, la región aún conserva una amplia gama de recursos patrimoniales de los siglos XIX y XX. A través de la investigación histórica, el mapeo general de estas capillas y fiestas y el estudio de algunos casos paradigmáticos, este trabajo busca identificar este universo y analizar los desafíos y perspectivas para su preservación, prospectando la sostenibilidad y reflexionando sobre la cuestión: "El patrimonio cultural rural puede promover la sostenibilidad en sus más variados ámbitos?"

**PALABRAS CLAVES:** sostenibilidad; patrimonio cultural rurale; capillas rurales; Triângulo Mineiro; Alto Paranaíba.

### ABSTRACT

This work addresses the challenges of interpreting and preserving rural cultural heritage, related to chapels and religious festivals celebrated in the countryside of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba region, located in Minas Gerais, Brazil, with sustainability as aim. The process of modernization of agricultural activity in the region, occurred in the first middle of the twentieth century, brought a change in the rural way of life that hindered the process of safeguarding the rural cultural heritage and put at risk the practices of socialization and diverse cultural manifestations, both material and immaterial. Nonetheless, the region still preserves an extensive range of heritage resources from the 19th and 20th centuries. Through historical researches, the general mapping of these chapels and celebrations and the study of some paradigmatic cases, this work seeks to identify this universe and analyze the challenges and perspectives of its preservation, prospecting sustainability and reflecting on the questioning: Can rural cultural heritage promote sustainability in its most varied levels?

**KEYWORDS:** sustainability; cultural heritage; rural chapels; Triangulo Mineiro; Alto Paranaiba.

Recebido em: 23/10/2020

Aceito em: 19/04/2021

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação dos danos causados desde a Revolução Industrial, principalmente nos países mais desenvolvidos, não deixa dúvidas de que o modelo de produção e consumo, advindo da mesma e ainda vigente, ignora os padrões e processos ecológicos que permitem aos ecossistemas a sustentação da vida em favor de um crescimento econômico tido como ilimitado, ainda que essa seja uma ideia impossível. Segundo Capra e Luisi (2016), essa é a principal causa da nossa multifacetada crise global. A constatação de que os recursos do planeta são insuficientes para o abastecimento dos meios de produção e consumo, atuais e futuros, tem estimulado debates em diversas áreas do conhecimento na busca por soluções urgentes, encorajando estudos que se baseiam na sustentabilidade em meios práticos e teóricos. Apesar desse grande passo, a perspectiva do desenvolvimento sustentável teve uma tímida interlocução com as demais áreas. Conforme ressaltado por diversos teóricos, o conceito de sustentabilidade é ambíguo e polissêmico, o que permite que cada campo de pesquisa o use como lhe couber, muitas vezes de forma equivocada, conforme explicitado por Zanirato (2016b), ou manipulado de forma a justificar suas próprias ambições, de acordo com Valdebenito (2005).

Segundo Capra e Luisi (2016), os problemas que envolvem a capacidade de recuperação do planeta são sistêmicos, necessitando a compreensão das relações que se estabelecem entre todas as partes e entre a totalidade do sistema, mas o método que rege nossos modelos acadêmicos, políticos e econômicos, são pautados no mecanicismo de Descartes, um pensamento linear e analítico. Conforme argumenta Castriota *et. al.* (2012), a metodologia comumente empregada no nosso sistema de ensino - e consequentemente no nosso sistema profissional - enxerga os sistemas sociais ou biológicos como máquinas a serem desmontadas e analisadas em suas menores partes, e não em soluções holísticas e integradoras que investiguem as relações entre as mesmas partes. Esse método tem atravancado a construção e análise das relações inter e transdisciplinares capazes de chegar a uma solução prática comum, além de ter sido o primeiro motor para o surgimento do modelo de produção e consumo vigente do capitalismo e da industrialização desenfreada que, juntos, perseveraram os ideais de um crescimento econômico interminável, da dominação da natureza e da crença ilimitada nas virtudes do progresso técnico.

De modo contíguo, a preocupação com o esgotamento dos recursos do planeta, embora seja recorrente, é bastante recente, iniciada, mais precisamente, nos anos de 1960 com o movimento ambientalista dos Estados Unidos. Para Gauzin-Muller (2011), o Brasil, por sua vez, apresenta um passado pautado pela exploração colonial e, por esse motivo, nunca demonstrou uma cultura de providência para com os seus recursos naturais, devido ao ideário de que possui um estoque infinito de matéria prima.

Com relação aos bens culturais de forma geral, as dificuldades enfrentadas para sua conservação são semelhantes àquelas impostas ao desenvolvimento sustentável, são elas: os modos de produção e consumo, a falta de políticas públicas mais eficazes e a exclusão social. Nosso desafio - e dever - é o de construir e nutrir comunidades sustentáveis, planejadas para que as gerações futuras possam gozar dos mesmos direitos à natureza e à cidadania que temos hoje, conceito que cabe tanto à sustentabilidade quanto à conservação do patrimônio cultural. A sustentabilidade, então, surge como única alternativa possível. Para a área da preservação do patrimônio cultural, conforme ressaltado por Carsalade (2001), a sustentabilidade ficou atrelada ao conceito de sustentação, referindo-se aos investimentos diretos que geram benefícios de conservação, subordinada à indústria da construção e reforma que, por sua vez, não está alheia à especulação do mercado que enxerga o desenvolvimento como modernidade. O mercado incrementa tecnologias que nem sempre são adequadas - e que grande parte das vezes entram em conflito - com as especificidades necessárias à conservação de um edifício ou sítio artístico ou histórico e carece de instrumentos capazes de avaliar a sustentabilidade em bens patrimoniais, principalmente na elaboração de critérios e diretrizes.

A forma mais comum de avaliação da sustentabilidade em edifícios tem sido feita por meio das certificações ambientais<sup>1</sup>. Apesar disso, o critério de pontuação estabelecido pelas mesmas, geralmente não favorece a sua aplicação para bens patrimoniais, considerando a especificidade das suas materialidades, as técnicas construtivas e os modos de conservação. Um estudo feito por Zenato e Meira (2020) mostra que as certificações Leed-ND e AQUA-HQE Bairros e Loteamentos, duas certificações de grande alcance, oferecem uma boa perspectiva para a avaliação das questões ambientais e urbanas, mas somente 4% do total das suas diretrizes abarcam a dimensão cultural dos edifícios, ou seja, a quantificação de diretrizes por categorias de sustentabilidade evidenciou a baixa incidência de questões relacionadas à cultura e, consequentemente, ao patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico dessas certificações. O Green Building Council, responsável pela Certificação LEED, criou, na Itália, a certificação GBC Historic Building, para a avaliação de edifícios de caráter histórico. Vemos um grande avanço na elaboração de pré-requisitos de avaliação, porém ela ainda descarta a vertente imaterial e tem abrangência apenas sobre o monumento isolado, não sendo capaz de avaliar centros históricos, paisagens urbanas ou paisagens culturais. Zanirato (2016a) argumenta que a não

associação do patrimônio cultural à sustentabilidade gera o distanciamento da comunidade - visto que a instrumentalização da sua conservação nem sempre é democrática - e a mercantilização do bem patrimonial. Esta, por sua vez, ocasiona a perda da sua identidade e autenticidade. "Os riscos da perda dos bens patrimoniais advêm da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado na produção capitalista e no consumo irrestrito de objetos, pessoas e lugares" (ZANIRATO, 2016b, p. 205).

Desse modo, o presente trabalho objetiva refletir sobre as possíveis inflexões entre a conservação do patrimônio cultural e a perspectiva sustentável, aplicando-as ao estudo de caso das capelas rurais católicas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais.

Para tal fim, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica, objetivando clarificar as possíveis inflexões e inter-relações entre os dois temas, e uma pesquisa exploratória, com fins de identificar e documentar, por meio de um inventário, as capelas rurais católicas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG) e suas festividades religiosas e refletir sobre a sustentabilidade da sua salvaguarda em todas as suas esferas de atuação.

O texto estrutura-se em três partes: a primeira delas argumenta sobre as possíveis inflexões entre o patrimônio cultural e as vertentes da sustentabilidade; a segunda almeja apresentar um estudo histórico e o inventário exploratório das capelas rurais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; e a terceira parte se ocupa das considerações finais.

## 2 PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: A BUSCA POR INFLEXÕES

O conceito de sustentabilidade não é recente e, segundo Feil and Schreiber (2017), o termo que foi apresentado em 1973 por Hans Carl Von Carlowitz<sup>2</sup> já compreendia os pilares ecologia-natureza, economia e ética social. Sachs (2002) ressalta que o poder destrutivo que a humanidade é capaz de exercer sobre o planeta só veio a ser questionado após o choque ocasionado pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima, em 1945, e a descoberta de que a humanidade havia alcançado poder técnico para destruir, eventualmente, toda a vida no nosso planeta; mas que, no entanto, somente na década de 1960, iniciaram-se os primeiros movimentos ambientalistas, como o dos Estados Unidos, derivado do *Environmental Defense Fund*<sup>6</sup>, em 1967.

A ideia de um bem comum que deve ser preservado e levado às gerações futuras é o eixo central dos dois conceitos, tanto da sustentabilidade quanto do patrimônio cultural, ainda que seja necessário ter em mente, como explicita Zanirato (2016b), que ambos são polissêmicos e, segundo Prats (2006), frutos de construções sociais. São conceitos a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias, devido à sua relatividade, e que se constroem mediante um complexo processo de atribuição de valores dependendo da área, do profissional ou do intuito com que são empregados.

Na década de 1960, ocorreu uma ampliação do conceito de patrimônio cultural que passou a abranger uma vertente mais antropológica e menos elitista, distanciando-se dos critérios de excepcionalidade e adotando "a transversalidade como princípio e as leituras territoriais como meio, onde os aspectos naturais e culturais se entrelaçam, tornando as abordagens mais complexas e múltiplas, de modo a refletir com maior intensidade a diversidade" (TORELLY, 2015), referindo-se às várias identidades formadoras das nações, povos e etnias. Zanirato (2016b) aponta que a elitização dos bens de caráter excepcional resultava no esvaziamento dos usos sociais dos elementos, pois a população não era capaz de se reconhecer neles, aumentando o risco de perda do bem e do distanciamento da população das normas e condições para a salvaguarda. Atenção especial pôde ser dada àqueles bens que, por estarem vinculados a agrupamentos sociais restritos, muitas vezes marginalizados e de limitada expressão demográfica e econômica, apresentam riscos elevados de desaparecimento. A mudança na abrangência do termo foi benéfica para o patrimônio cultural como um todo, mais especificamente para os bens do meio rural que falaremos a seguir, visto que é um patrimônio vivido, que apesar de englobar uma grande dimensão territorial, é mantido por pequenas comunidades. A ampliação do conceito propiciou a democratização do processo de escolha dos bens a serem salvaguardados, permitindo que os inventários ultrapassassem os limites da cultura elitista, beneficiando a documentação de bens provenientes de culturas populares e, em alguns casos, a aproximação das comunidades desses processos.

Após inúmeros eventos, convenções e cartas internacionais, chegou-se à compreensão contemporânea de que a sustentabilidade não pode ser medida apenas através do seu viés ecológico, mas deve ser pautada, igualmente, por questões ambientais, econômicas, culturais e sociais. Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987, podendo-se destacar, entre elas, as matrizes da eficiência, da escala, da equidade, da autossuficiência e da ética.

Ignacy Sachs (2002), responsável pela elaboração do Triple Bottom Line<sup>4</sup> para desenvolvimento sustentável apresentado na Convenção de Estocolmo de 1972, redimensionou, anos mais tarde, os três pilares, criando oito dimensões para a sustentabilidade. São elas: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial, política nacional e internacional; considerando ainda as possíveis inter-relações existentes entre as mesmas. Segundo o autor, a sustentabilidade social precede todas as outras, porque ela é a própria finalidade do desenvolvimento: a equidade e o bem-estar, a homogeneidade social e a distribuição igualitária de recursos e serviços, sem contar com a possibilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental. O direito dos povos à vida tem prioridade máxima e faz-se necessário reconceituar o desenvolvimento como a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais, incluindo-se o direito coletivo ao patrimônio comum, ambiental ou antrópico. De acordo com Tarrega (2007), tanto a riqueza quanto a pobreza extrema exercem pressão sobre o meio ambiente, e um desenvolvimento local integrado e sustentável é a única maneira de extinguir as diferenças sociais. Como envolve a distribuição equânime dos benefícios por todo o grupo social envolvido, considera ainda as heranças históricas e os perfis da desigualdade de renda, riqueza, conhecimento e poder, assim como a eleição da cultura a ser preservada que, apesar de ter sofrido uma ampliação do conceito, ainda é vista com uma conotação mais erudita que popular.

A vertente cultural refere-se às mudanças necessárias no interior das continuidades, num equilíbrio entre tradição e inovação, baseando-se na capacidade de criar projetos de conservação da cultura integrados e endógenos que reflitam, mantenham e divulguem as tradições da comunidade que o realiza, combatendo a homogeneização promovida pela globalização. As esferas ecológica e ambiental são as mais difundidas quando se trata de desenvolvimento sustentável. A primeira liga-se ao equilíbrio e manutenção dos ecossistemas, visto que a Terra e seus ecossistemas são autossustentáveis e quanto menor for a nossa intervenção, melhor. Requer a compreensão de que o progresso não pode estar acima da capacidade de recuperação da natureza, dedicando-se à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e na limitação do uso dos não renováveis. A sustentabilidade ambiental está atrelada à competência de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais e, conforme afirma Sachs (2002), faz-se necessário transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, à luz da etnociência, além de universalizar e baratear as inovações tecnológicas.

A vertente territorial refere-se ao equilíbrio entre a configuração rural e urbana e à melhor distribuição possível dos assentamentos urbanos e atividades econômicas, levando em conta a descentralização e buscando evitar o espraiamento das cidades. A sustentabilidade econômica está intimamente relacionada à busca de uma rentabilidade estável no tempo, baseando-se num desenvolvimento intersetorial equilibrado capaz de garantir a segurança alimentar e um nível razoável de autonomia na pesquisa científica e tecnológica, visando a inserção soberana na economia internacional. Liga-se à vertente política, seja ela nacional ou internacional, na medida em que, para garantir tal equidade, faz-se necessário um nível mínimo de coesão social e um Estado democrático, dentro das pequenas comunidades ou numa visão global.

Em síntese, para que possam existir inflexões entre a conservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável, faz-se necessária uma quebra de paradigmas, capaz de transformar nosso modelo de produção e consumo, de forma a compreender, de forma igualitária, a memória e as tradições de toda e qualquer comunidade, promovendo uma distribuição equânime de recursos financeiros e naturais – privilegiando aqueles de caráter renovável – e fazendo uso das etnociências e da tecnologia no enfrentamento dos danos sociais, culturais e ambientais, a partir de políticas públicas municipais, nacionais e internacionais.

De acordo com Bauman (2008, *apud* Zanirato, 2016b), o homem moderno constrói sua individualidade guiado pelo efêmero, por meio do consumo, enquanto a sociedade moderna tem como característica marcante a constante promoção de novas necessidades. O progresso converteu-se em condição para o bem estar material e o desenvolvimento passou a ser considerado como “crescimento dos meios de produção, acumulação, inovação técnica, aumento da produtividade” (Huysen, 2000). Huysen (2000) reavalia a crítica que Adorno faz ao capitalismo e aponta para uma mercadorização da memória, resultante do seu modo de consumo. Argumenta que, ao tornar a memória um objeto passível de compra e venda, gera-se uma obsessão pelo passado, tornando-o, conseqüentemente, o patrimônio cultural uma mercadoria que pode ser vendida através do turismo, na busca de espetacularização e retorno financeiro, responsável ainda por uma cultura da cópia que acarretou em sérios problemas de autenticidade no mundo atual. O patrimônio tornou-se um bem plausível de salvaguarda para entrar na cadeia de consumo, o que, somado ao alto valor dado aos centros históricos turísticos que expulsa a população tradicional para a periferia, não poderia acarretar algo mais que a falta de identidade e o esquecimento. Torelly (2015) ressalta que a mercadorização e a globalização ampliam a assimetria norte/sul, aumentando o poder das empresas transnacionais e do capital financeiro e reduzindo o papel regulador dos estados nacionais, gerando concentração de renda em escala mundial.

## 2 A SUSTENTABILIDADE DAS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são regiões de planejamento do estado de Minas Gerais que, juntos, contam com uma área de cerca de 53.719 km<sup>2</sup> e uma população em torno de 2.337.105 habitantes (1,12% da população do país), compreendendo 66 municípios com economia voltada para a agropecuária, extração mineral e distribuição atacadista. De acordo com Vale (1998), até o final do século XVIII, a região configurava-se como um território de passagem, praticamente desconhecido e despovoado, a não ser pela presença do índio Caiapó e algumas tribos "semi civilizadas" aldeadas ao longo da Estrada do Anhanguera, aberta em 1722, que ligava a Capitania de São Paulo às terras de mineração de Goiás e Mato Grosso. A partir de fins do século XVIII, após a decadência do ciclo minerador e o crescimento agrário do Oeste Paulista, dado principalmente pela cultura da cana-de-açúcar, os mineiros do oeste de Minas iniciaram um processo de migração para a região centro-sul do país, causando o incremento e a expansão das atividades agropastoris, da lavoura de subsistência e da pecuária, promovendo a efetiva ocupação pelo colonizador branco desse território que seria, até o início do século XX, genericamente identificado como "Sertão da Farinha Podre".

Ainda segundo Vale (1998), historicamente, a origem de todos os municípios constituídos na região até o início do século XX está vinculada à construção de uma pequena capela, por iniciativa dos entrantes mais abonados, desejosos de possuírem um local próximo às suas fazendas onde pudessem ser assistidos com maior facilidade. Logo a capela passava a atrair novos moradores que, estabelecendo-se em suas proximidades, constituíam um pequeno povoado. Invariavelmente, a capela, ligada à religião católica, era situada na parte mais alta da encosta de um vale, com a fachada principal voltada para um curso d'água que garantia o abastecimento do povoado. O próximo passo era a constituição de um patrimônio religioso, visando sua elevação à sede de paróquia; a capela tornava-se matriz. Seu adro, então, era ocupado pelo cemitério e o espaço à volta, desvencilhado de casas, constituía o largo da matriz, ponto mais importante do povoado simbólica e espacialmente. Delimitando o largo, eram situadas as residências – principalmente aquelas das famílias mais abastadas - dispostas em alinhamento e dali partiam as primeiras ruas que se tornariam as principais. No entorno da matriz também seriam instalados os outros edifícios de importância, como as casas de câmara e cadeia, quando da sua eventual constituição em vila. Reiteradamente esse espaço se converteria no principal marco do desenvolvimento das atividades cotidianas e de convívio, convergindo os aspectos mais importantes da história da comunidade, sejam eles religiosos, políticos e sociais daquela determinada região. Inquestionavelmente, era o espaço primordial das festas religiosas que marcavam o calendário local e atraíam os moradores da zona rural, criando as mais importantes oportunidades de convivências e socializações.

De acordo com D'Abadia (2010), a cultura das festas religiosas no Brasil remonta aos tempos da colônia, geralmente relacionadas às celebrações e às homenagens feitas aos padroeiros das diferentes localidades e se constituem em manifestações que dinamizam estes espaços e revelam, em sua organização, uma identidade religiosa expressa no território. Os arraiais e vilas já nasciam sob a proteção de um santo do culto católico e, para homenageá-lo, cada localidade promovia, a seu modo, festas em louvor àquele que tinha o poder e a função de proteger o povoado e atender aos pedidos dos devotos, demonstrando uma relação de dependência da divindade cultuada com as questões do cotidiano dos devotos. Dessa forma, "o espaço das festas materializa-se na paisagem, no território e na construção de territorialidades" (D'ABADIA, 2010, p. 8). Em seus primórdios, estavam relacionadas ao poder do governo português e a sua intrínseca ligação com a Igreja Católica, criando um calendário anual de festividades de santos, capaz de interligar a sua influência às práticas auríferas, agrícolas e pastoris.

De modo geral, os fundamentos históricos que explicam essas celebrações religiosas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba indicam a devoção a um santo padroeiro e várias delas apresentam ritos diversos que recordam manifestações divinas ocorridas naquele lugar, como curas de doenças, pedidos de chuva atendidos, quebra de maldições, etc; ou ainda podem ser uma simples instituição espontânea das rezas que aproximam pessoas devotas em um mesmo ambiente. Durante a festa, outrora e ainda nos dias atuais, ocorrem os mais variados ritos: celebrações religiosas, procissões, reza de terços, cavalgadas, momentos ligados ao seu sentido de veneração ao santo padroeiro, mas é recorrente também que incluam festividades não-religiosas como leilões, bingos, barraquinhas, bailes dançantes e até mesmo a apresentação de shows de vertentes religiosas à música sertaneja, num discurso recorrente da garantia do financiamento econômico para a manutenção do templo.

Durante a segunda metade do século XIX, a partir da multiplicação do número de famílias e fazendas de subsistência, no antigo Sertão da Farinha Podre, verificou-se o crescimento dos primeiros núcleos urbanos e o aumento gradativo do número de paróquias, indicando o adensamento populacional do território. Contudo, a construção das capelas nas áreas rurais manteve-se como uma tradição ao longo de todo o século XX e faz-se presente na contemporaneidade mesmo que em menor número e com motivações várias. A partir do século XX, essas capelas rurais não se tornaram mais o ponto de partida para a constituição de novas cidades, mas continuaram sendo referenciais religiosas e relacionamentos sociais tanto para as pequenas



comunidades rurais, que as mantém, quanto para os núcleos urbanos vizinhos e, em alguns casos, tornaram-se ponto de partida para a formação de distritos. A realização recorrente de celebrações e festas nessas capelas tem favorecido a conservação destes espaços mesmo frente às dificuldades impostas pelas mudanças nos modos de produção e vida nas áreas rurais trazidas pela modernidade.

A zona rural da região do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba preserva uma extensa gama de recursos patrimoniais dos séculos XIX e XX, com expressiva variedade tipológica e diversidade de materiais, técnicas e soluções construtivas e tem um patrimônio imaterial marcado por festas religiosas que acontecem, em alguns casos, desde o século XIX. No entanto, as alterações provocadas pela introdução de novas culturas e modos de produção advindas da expansão do agronegócio na região, a partir da segunda década do século XX, colocam em risco a preservação do patrimônio cultural.

Partindo de uma investigação exploratória nos 66 municípios da região, foram reunidas informações sobre 458 comunidades rurais religiosas católicas, das quais 319 promovem festas religiosas regularmente. Essa pesquisa foi efetuada por meio de contato telefônico ou por meios eletrônicos com as secretarias das 193 paróquias pertencentes às Dioceses de Uberlândia e Patos de Minas e à Arquidiocese de Uberaba. Vale ressaltar, ainda, que existem outras capelas rurais que não fazem parte da lista de capelas atendidas pelas paróquias consultadas pelos mais diversos motivos, dentre eles, o estado de degradação que se encontram, o que não permite que as celebrações religiosas ocorram, a localização em propriedades particulares, que realizam cerimônias apenas para a própria família, a dos terrenos para empresas particulares, pelo abandono promovido pela migração da comunidade para os núcleos urbanos, e pertencimento à outra religião, entre outros fatores. Além disso, 3 cidades, de menor porte, não puderam ser consultadas devido às dificuldades de comunicação, ou seja, um número muito maior de capelas rurais pode ser encontrado ainda.

Godoy (2002) ressalta que durante o século XIX e início do XX, Minas Gerais se tornou o mais importante espaço canavieiro do Brasil, superando em número e produção os engenhos do nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo que produziam para exportação. Além disso, de acordo com Vale (1998), em 1889 a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro alcançou o território do Triângulo Mineiro a partir da cidade de Uberaba e, nas primeiras décadas do século XX, foram abertas novas estradas de rodagem, que desencadearam um processo de modernização dos incipientes núcleos urbanos, dinamizando suas relações comerciais. Não obstante, o cerrado era considerado inadequado para a agricultura pela qualidade do seu solo e apresentava um reduzido valor econômico. A partir da década de 1960, iniciou-se, no Brasil, um processo de modernização agrícola e evolução tecnológica agrária, que propiciou a melhoria do solo pelo uso de produtos químicos e pela mecanização da lavoura. Na década seguinte, o governo federal estimulou grandes projetos de incorporação produtiva agropecuária, provocando uma expansão das monoculturas na região, principalmente as de café e soja. A partir da década de 1990, verificou-se a expansão da cana-de-açúcar orientada à implantação de usinas sucroalcooleiras para exportação. Hoje, o estado de Minas Gerais é o segundo maior produtor nacional de açúcar e o terceiro em cana e etanol com 42 usinas instaladas, sendo 27 no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba. Em razão desses acontecimentos, a paisagem do cerrado foi afetada drasticamente. De acordo com Vale (2017), as áreas de descanso<sup>5</sup> ou áreas produtivas não utilizadas sofreram uma considerável redução, sendo ocupadas por extensas áreas de monocultura extensiva. Mas não somente a paisagem foi afetada, intensificou-se a concentração fundiária, desarranjaram-se atividades produtivas locais importantes, causou a sazonalidade da demanda de mão de obra e mecanizou o trabalho rural expulsando o trabalhador para os núcleos urbanos à procura de trabalho. Diminuiu a segurança alimentar, acelerou o desflorestamento e agravou a depredação ecológica devido ao uso de insumos agroquímicos, como herbicidas e fertilizantes nitrogenados, ou seja, tais mudanças trouxeram problemas econômicos, ambientais e sociais.

Apesar disso, os setores ligados à indústria canavieira estão fortemente vinculados a um discurso de sustentabilidade, baseado na produção de etanol para a substituição dos combustíveis fósseis. A produção do álcool a partir da cana-de-açúcar é vista como energia limpa e renovável, se comparada à extração e ao refino dos combustíveis fósseis, e é relacionada a baixos índices de consumo hídrico, desde que não se considere o volume de água necessário para o plantio da cana. Ademais, a comparação entre os dois combustíveis favorece o discurso de que a produção de etanol contribui para o controle de emissões de poluentes e seu descarte, a biomassa de cana-de-açúcar propicia a produção de energia elétrica com uma maior preocupação ambiental e a possibilidade da adoção de planos para redução dos impactos ambientais gerados pelas unidades produtoras. Esse discurso, no entanto, liga-se ao sentido mais restrito da sustentabilidade, a perspectiva puramente ecológica, isto é, aquela que tem como objetivo a proteção/manutenção a longo prazo de recursos através do planejamento, visando não ultrapassar quantitativa e qualitativamente a capacidade de regeneração dos meios físicos e ambientais, e que a medida temporal das agressões humanas esteja numa relação equilibrada com o processo de renovação temporal. Além disso, é um discurso fantasioso, pois, na realidade, existem prejuízos claros até mesmo para a sustentabilidade ecológica como o esgotamento dos solos e o grande consumo de água, necessários à

produção da cana-de-açúcar; em contraponto, a sustentabilidade em sentido amplo deve compreender também os pilares econômico e social, além do ambiental.

Tendo em vista que o patrimônio cultural rural é "o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural", ou seja, um conjunto indissociável composto pelos bens materiais - as edificações, equipamentos e demais artefatos ligados ao campo e ao modo de produção - e os bens imateriais ligados ao conhecimento e modos de produção bem como as relações sociais entre seus usuários e as comunidades rurais, o resultado dessas intervenções é uma drástica alteração na paisagem e sua percepção, além da perda do rico patrimônio arquitetônico e paisagístico, mas também uma ruptura das relações culturais das comunidades rurais e o desaparecimento do conhecimento tradicional e da identidade (CÔRTEZ, 2019, p. 59).

O prejuízo social e cultural está associado, principalmente, ao predomínio do modelo de arrendamento das propriedades agrícolas. Ao arrendar a terra para a monocultura, os proprietários são induzidos, na grande maioria dos casos, a abandonar suas benfeitorias - uma vez que deixa de residir no campo ou administrar diretamente sua propriedade - agravando a condição de precarização do patrimônio rural por falta de uso e/ou manutenção. Os bens patrimoniais materiais são negligenciados, abandonados e até mesmo demolidos, pois sua conservação se torna desnecessária e dispendiosa. Também a vertente imaterial desse patrimônio é afetada na medida em que a forma de produção implica no rompimento com o modelo tradicional de produção e uma diferente forma de uso e ocupação do solo, bem como nos modos de sua apropriação e vivência.

Perante as mudanças na sociedade atual, as festas religiosas podem ser vistas como fator de ressignificação, ou seja, na perpetuação de uma tradição presente nos diversos municípios brasileiros. Elas resistem e permanecem diante dos diversos cenários da contemporaneidade, embora já venham marcadas pelo estigma comercial e pelo apelo logístico evidenciados, mesmo nos lugares mais distantes (D'ABADIA, 2010, p. 19).

É a tradição que nos permite entender que a festa é parte do espaço da vida, da manutenção de hábitos, costumes e modismos, elementos da dimensão do vivido. O grande número de capelas e as festas, bem como do seu público, ressaltam a resiliência desses processos sociais e religiosos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e constituem uma expressão do patrimônio cultural inseparável da sua dimensão material. Uma das grandes problemáticas envolvidas nos procedimentos de salvaguarda desses bens na região está no fato de que sua vertente imaterial não é sequer considerada ou mencionada nos inventários de preservação.

Quanto à sua materialidade, a arquitetura destas capelas é sempre muito singela, sem grandes adornos decorativos; a maioria apresenta uma planta retangular, podendo ter ou não subdivisões do espaço interno, construção em alvenaria convencional de tijolos cerâmicos e cobertura em duas águas. Alguns exemplares de maiores dimensões apresentam frontispício tratado com algum motivo decorativo e uma torre central ou lateral. Além da capela propriamente dita, é comum encontrar também em seu entorno imediato um cruzeiro, um coreto para a realização de leilões e galpões ou varandas para as festas. Apesar das características construtivas modestas, apresentam grande valor histórico, religioso e afetivo não só para as comunidades rurais diretamente a elas relacionadas, mas também para os núcleos urbanos próximos a elas e para as paróquias as quais se encontram vinculadas, que participam da organização das festividades. Neste sentido, observa-se que as festas das capelas estabelecem um vínculo entre o mundo rural e o urbano. Os resultados da pesquisa realizada mostraram ainda que, do total das 458 capelas identificadas, apenas 10 capelas rurais na região contam com a proteção legal do tombamento, 8 a nível municipal: Capela do Fundão e Capela Nossa Senhora do Rosário de Florestina, ambas em Araguari; Capela de Nossa Senhora Aparecida na Serra do Tatu em Santa Vitória; Capela de Nossa Senhora Aparecida de Água Santa em Frutal; Capela São Lázaro de Santana de Patos em Patos de Minas; Capela de Nossa Senhora Aparecida do Povoado dos Inácios em Pedrinópolis; e Capela da Saudade e Capela Nossa Senhora do Rosário em Miraporanga, Uberlândia. As duas capelas que contam com tombamento estadual são Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora do Rosário, ambas situadas no distrito de Desemboque em Sacramento.

Por conseguinte, faz-se urgente uma quebra de paradigmas capaz de frear a busca por um crescimento econômico ilimitado e gerar equilíbrio e igualdade social. Somente assim é viável falarmos sobre sustentabilidade no âmbito da conservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o conceito de patrimônio cultural tenha se alargado consideravelmente nas últimas décadas, as teorias e práticas da conservação do patrimônio cultural criaram categorias distintas de conceitos que, no entanto, são indissociáveis. A dicotomia material e imaterial, ainda predominante nas tratativas do patrimônio

cultural de modo geral, dificulta sua compreensão de maneira holística, impossibilitando a apreensão de todas as vertentes da sustentabilidade: social, ambiental, ecológica, econômica, cultural, territorial, política nacional e internacional. O pensamento holístico faz-se necessário para as políticas, teorias e práticas da conservação, atendendo à trans e interdisciplinaridade que lhe convém, desde a definição dos conceitos, perpassando até mesmo a escolha dos profissionais responsáveis e sua relação com a comunidade que cria, vivencia e mantém o bem patrimonial.

É necessária e urgente uma revisão de premissas, uma mudança de paradigmas. O poder de adaptação da nossa sociedade deveria ser capaz de criar uma economia que objetiva o prolongamento dos nossos direitos civis e ambientais às futuras gerações, de modo que a satisfação das genuínas necessidades humanas, autolimitadas por princípios que evitam a ganância, caminha junto à conservação da biodiversidade, alcançando a simbiose. Os direitos dos povos à vida têm prioridade máxima e faz-se necessário reconceituar o desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente. Deve ser combatida a concentração de renda, a pobreza, a desigualdade e as diferenças substanciais entre as nações pois não pode haver desenvolvimento com supressão de direitos ou "liberdades instrumentais". Deve-se garantir a sobrevivência da diversidade biológica, bem como da diversidade cultural e social, entendendo que a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material.

Se a preocupação é com a sustentabilidade do patrimônio, precisamos igualmente caminhar em direção a uma visão holística, trans e interdisciplinar, que não separe natureza e sociedade, que não considere que a felicidade se encontra no consumo, que não separe a condição material e imaterial como realidades distintas. Faz-se necessária sua desvinculação da condição de mercadoria. A proteção deve ocorrer pela dimensão social e intangível dos elementos; pelos múltiplos valores que o patrimônio detém e pelos efeitos sociais substanciais ao processo de desaparecimento de tais bens; pelas possibilidades de deter o ritmo alucinado das transformações sociais. O que requer a imprescindível participação social a legitimar as ações públicas em prol de uma conservação integrada, que articule as políticas de proteção do patrimônio com as demais políticas públicas. Nessa perspectiva, está a ampliação de usos do patrimônio, uma condição para a identidade e a participação social na proteção do bem, de forma que o uso cotidiano seja mais importante que o mercado.

A verdadeira inflexão entre patrimônio cultural e sustentabilidade só acontecerá quando fizer parte da pauta e do esforço de planejamento governamental e das ações do poder público e da iniciativa privada. Será necessário regulamentar, impor restrições, promover incentivos e subsídios, distribuir renda e combater a supressão de liberdades. O planejamento e gestão dos processos são ferramentas indispensáveis para as estratégias de desenvolvimento sustentável que deve ser local e participativo, no nível micro, e os planos de conservação e gestão devem ser capazes de cultivar a conscientização da comunidade, autoridades locais e associações de cidadãos quanto ao valor e à necessidade de proteção da área. Uma condição importante é garantir que a população local receba uma fatia dos benefícios resultantes do aproveitamento dos seus saberes e dos recursos por ela coletados. A construção de políticas públicas amplas que considerem a diversidade de manifestações culturais e seu patrimônio é parte importante e imprescindível do desenvolvimento de uma sociedade que se deseja sustentável.

Falar sobre a sustentabilidade das capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba implica a adoção de todas as vertentes do desenvolvimento sustentável - não apenas sua vertente ambiental ou ecológica - e a concepção mais ampla do conceito de patrimônio cultural. É um patrimônio cultural vivido, local, participativo e pouco institucionalizado. Ligado às pequenas comunidades e desvinculado da cultura erudita, sustenta-se material e imaterialmente pelo trabalho e aspiração das comunidades que o vivenciam. Após a ampliação do conceito de patrimônio cultural, tais bens passam a ser passíveis de reconhecimento institucional e de integrar as tratativas e ações públicas para a salvaguarda. O impacto do poder público sobre tal patrimônio não implica somente as políticas de preservação, mas questões mais gerais, como a necessidade de regulamentar e/ou impor restrições aos modos de produção, a promoção de incentivos e subsídios ao produtor rural, evitando o êxodo para as cidades vizinhas e uma melhor distribuição de renda. Da mesma forma, a sustentabilidade das capelas rurais não está atrelada estritamente à sua vertente ambiental ou ecológica, ainda que sua singela materialidade, o uso de materiais e técnicas locais e seu uso esporádico favoreçam um baixo índice energético para sua construção e sua manutenção. Ainda assim, seria um contrassenso medir sua sustentabilidade a partir dos critérios elencados pelas certificações ambientais, estando atrelada, majoritariamente, à sua vertente social e cultural, por meio da manutenção das tradições realizadas pelas pequenas comunidades e das festas que impactam consideravelmente sua sustentabilidade econômica.

Em suma, a proteção do patrimônio cultural deve ter clara a perspectiva da sustentabilidade em garantir para as gerações futuras ao menos o que foi legado à geração atual, expandindo não somente nosso horizonte



temporal para séculos e milênios, mas também nosso horizonte espacial, podendo implicar todo o planeta e até a biosfera.

#### 4 REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *The Systems view of life: a unifying vision*. Cambridge University Press, 2016, 510 páginas.
- CARSALADE, FLÁVIO DE LEMOS. Sustentabilidade e sustentação. *Arquitextos*, São Paulo, Vitruvius, n. 13, v. 10. 2001. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/885> Acesso em 23 de outubro de 2020.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; MACIEL, Marieta Cardoso; FERREIRA JUNIOR, Silvio Pinto. *Dimensões da sustentabilidade: estudo de caso da Fazenda Modelo - MG: uma abordagem inter e multidisciplinar*. Curitiba, CRV, 2012, 190p.
- CÔRTEES, Aline Soares. *Sustentabilidade do patrimônio cultural e as capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: a Capela da Saudade de Uberlândia (MG)*. Dissertação de mestrado (Dissertação em Arquitetura e urbanismo) – UFU. Uberlândia, 2019.
- D'ABADIA, M. I. V. Diversidade e identidade religiosa: Uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade - GO. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás. 2010.
- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos Ebape.br*, v.14, nº3, artigo 7, Rio de Janeiro, 2017, p. 669. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf> Acesso em 21 de outubro de 2020.
- GODOY, M. M. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2002. Disponível em <https://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html> Acesso em 14 de novembro de 2020.
- GAUZIN-MULLER, Dominique. *Arquitetura Ecológica*. São Paulo, Senac São Paulo, 2011.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano, Rio de Janeiro, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 9a edição, 1969.
- PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p.72-80, maio 2006. Disponível em <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176> Acesso em 19 de outubro de 2020.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002. p. 48.
- TARREGA, M. C. V. B. *Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: RCS Editora, 2007, p. 21.
- TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável. Desafios para o século 21. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 177.04, *Vitruvius*, fev. 2015. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5488> Acesso em 15 de outubro de 2020.
- VALDEBENITO, Rosa María Guerrero. Identidades territoriales y Patrimonio Cultural: la apropiación del patrimonio mundial en los espacios urbanos locales. *Revista F@ro*, ano 1, n. 2, p.2005. Disponível em [http://web.upla.cl/revistafaro/n2/02\\_querrero.htm](http://web.upla.cl/revistafaro/n2/02_querrero.htm) Acesso em 22 de outubro de 2020.
- VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. Sustentabilidade e Preservação da Arquitetura Rural no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba frente à expansão da indústria sucroalcooleira. *V Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado - Arqimemória / O global, o nacional e o local na preservação do patrimônio*, 2017, Salvador, BA.
- VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. *Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo "Sertão da Farinha Podre"*. São Paulo, Tese (Doutorado), FAU-USP, 1998.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio Cultural e Sustentabilidade: uma associação plausível? *Revista Confluências Culturais*, v. 5, n. 2. 2016b. Disponível em <http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/321> Acesso em 21 de outubro de 2020.
- ZANIRATO, SILVIA HELENA. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 30, n. 88. 2016a. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000300077&lng=pt&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300077&lng=pt&lng=pt) Acesso em 20 de outubro de 2020.
- ZENATO, Caroline; MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Patrimônio cultural e certificações ambientais. *Arquitextos*, São Paulo, n. 240, v. 03, mai. 2020. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.240/7745> Acesso em 22 de outubro de 2020.

## NOTAS

<sup>1</sup> Certificação ambiental é uma ferramenta que mede o desempenho ambiental de uma edificação segundo critérios pré-estabelecidos seguindo um sistema de pontos.

<sup>2</sup> De acordo com Feil e Schreiber (2017, p. 669), o conceito de sustentabilidade foi apresentado pela primeira vez no livro *Sylvicultura Oeconomica* de Hans Carl Von Carlowitz em 1713.

<sup>3</sup> O Environmental Defense Fund é uma instituição norte-americana criada em 1967 por um grupo interdisciplinar de cientistas e advogados que, inicialmente, buscou banir o uso de DDT nos Estados Unidos. Hoje, se intitula organização ambiental sem fins lucrativos que objetiva o projeto de soluções para problemas ecológicos. Site: <https://www.edf.org/about>

<sup>4</sup> O Triple bottom line ou Tripé da sustentabilidade dividia o desenvolvimento sustentável em três vertentes: ambiental, social e econômico.

<sup>5</sup> Ou área de pousio. Corresponde às áreas que permanecem sem lavoura ou sem semeadura por um período de tempo, ou seja, permanecem em descanso até o próximo plantio com fins de favorecer a renovação da terra depois de um período de cultivo.